

Quinta-feira, 5 de fevereiro de 1987

A economia ^{Brasil} em banho-maria, a tática de curto prazo

O processo de realinhamento de preços industriais, de acordo com as autorizações que a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) começou efetivamente a conceder nesta semana, deve ser um processo relâmpago. Acredita-se que, dentro de uma semana, todos os setores industriais já tenham sido atendidos, de modo a não agravar problemas de abastecimento pela retenção, à espera de reajuste, desse ou daquele produto.

A nosso ver, o governo agiu acertadamente em não optar por um reajuste linear de preços, ou seja, a fixação de um percentual que seria aplicado indistintamente a todos os preços, a partir dos níveis de 28 de fevereiro do ano passado. Esse sistema pode ser burocraticamente mais simples, mas tem graves inconvenientes. Primeiro, porque, sabidamente, alguns preços apresentam maior defasagem do que outros e, segundo, porque o reajuste linear presunha a volta do congelamento, tal como ele foi posto em prática em

seguida à decretação do Plano Cruzado.

Depois de tantas discussões em torno do assunto, verifica-se que a política afinal adotada pelo governo não será radical, sendo descartada, por tempo indeterminado, a idéia de um novo choque antiinflacionário. Em tese, os novos preços autorizados pela SEAP deverão permanecer inalterados pelo prazo de 120 dias, mas as autoridades admitem reexaminar alguns casos extremos em que a manutenção dos novos níveis de preços pelo prazo estabelecido se mostrar insustentável, de acordo com o que comprovarem as planilhas de custos das empresas.

Percebe-se que a intenção do governo é substituir o congelamento por um controle de preços sobre um grupo limitado de setores. A maioria dos preços industriais ficaria sujeita a um regime de liberdade vigiada, numa etapa preliminar para a sua liberação. Espera-se que, com isso, se restabeleçam os mecanismos de mercado e sejam sanados os pro-

blemas de escassez de oferta que ainda persistem.

Com relação aos salários, as autoridades preferiram não interferir com o "gatilho" nesta fase. Uma das sugestões apresentadas por empresários, como comentamos nestas colunas, seria deixar o "gatilho" ser acionado no primeiro bimestre deste ano, abrangendo praticamente todas as categorias de trabalhadores, e depois trocá-lo, em negociações com trabalhadores, por um esquema de reajuste trimestral dos salários.

O fracasso dos entendimentos com as lideranças sindicais e um patamar excessivamente elevado da inflação nos primeiros meses deste ano tornaram pouco atraente essa hipótese, que poderá voltar a ser discutida em uma etapa posterior. O que o governo pode fazer para diminuir a freqüência e a extensão dos efeitos do acionamento do "gatilho" é manter mais rigorosamente controlados os alimentos que fazem parte da cesta básica do trabalhador. Com as boas safras previstas e contan-

do com estoques consideráveis, isso não será difícil, embora possa vir a exigir, em um ou outro caso, um certo grau de subsídio.

Com a cesta básica razoavelmente controlada e uma demanda menos aquecida, em função de uma política monetária restritiva e do impacto do Imposto de Renda neste ano sobre a massa dos consumidores, espera-se que a inflação comece a apresentar resultados menos assustadores a partir de março-abril.

Verifica-se, portanto, que, em vez de adotar a alternativa de jogar água na fervura, o governo optou por uma política que poderíamos chamar de banho-maria, baixando o fogo, mas mantendo acesa a chama do crescimento. A tática de curto prazo pode funcionar, afastando uma recessão, mas, para isso, serão exigidas a colaboração e a boa vontade dos agentes econômicos. Impõe-se, por isso, um esforço especial do governo para evitar que seja arranhada a sua credibilidade.